

POLÍTICAS PÚBLICAS DA EJA: Políticas públicas da EJA: um processo reflexivo sobre o chão da escola

Silvany Silva dos Santos¹

Antonio Amorim²

RESUMO

Este artigo analisa a temática das políticas públicas na EJA, respondendo ao seguinte questionamento: qual é a perspectiva das políticas públicas para a EJA, na visão dos profissionais que trabalham nesta modalidade de ensino? Destacamos como objetivo geral refletir sobre as definições, opiniões e críticas que os envolvidos com o ato pedagógico nas classes da EJA apresentam a respeito das políticas públicas. A abordagem utilizada foi a da investigação qualitativa, tendo como dispositivo estratégico, a pesquisa colaborativa. O instrumento de investigação foi o ciclo colaborativo, com uso do questionário semiestruturado. Os resultados foram os seguintes: os sujeitos da pesquisa definem políticas públicas como sendo uma ação governamental e social; há preocupação com a formação do educador da EJA; as metas 9 e 10 do PNE, que tratam da Educação de Jovens e Adultos estão sendo executadas paulatinamente.

Palavras-chave: Cidadania. EJA. Escola. Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A educação é fator essencial na vida de todo ser humano, já que, é por meio do ato educativo que o sujeito intervém na realidade. Além disso, quando o sujeito tem acesso à educação, tem a possibilidade histórica de ampliar o conhecimento, aprofundando os atos de questionar, de refletir, de fazer e desfazer esta realidade, indagando sobre si e sobre o outro. Tudo isso, porque o seu aprendizado ganha vivacidade, com o sujeito adquirindo o status de cidadão consciente e questionador.

¹ Mestranda em Educação de Jovens e Adultos, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB; Professora da rede municipal de Gandu-Bahia. Email: silvanylegal@hotmail.com.

² Doutor em Psicologia pela Universidade de Barcelona- Espanha. Pós- Doutorando pelo Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Difusão do Conhecimento da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Titular Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Foi por duas vezes Pró-reitor de Ensino de Graduação e diretor do Departamento de Educação do campus I da UNEB. Membro eleito da Academia Baiana de Educação. Foi membro titular do Conselho Estadual da Bahia. É escritor com vários livros publicados e líder do grupo de pesquisa Gestão, Organização, Tecnologia e Políticas Públicas em educação, com registro no CNPq. E-mail: antonioamorim52@gmail.com.

Entretanto, o acesso à educação de qualidade nem sempre se dá de forma natural, espontânea. O cidadão é protegido por leis, mas não consegue fazer uso fruto dos direitos que lhe cabe. Um exemplo disso está na Educação de Jovens e Adultos, assegurada na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, como sendo um direito de todos, assim como deve ser oferecida por todos os estabelecimentos de ensino. Todavia, verificamos que, nem sempre, o sujeito da EJA ou o cidadão que busca a EJA consegue vaga para estudar. E, às vezes, quando isso ocorre, a educação oferecida não cria oportunidades para o educando firma-se no sistema de alfabetização, traçar um elo com a escola e almejar uma formação cidadã.

Assim, analisamos a temática da oferta das políticas públicas da EJA, efetivando um diálogo a respeito da perspectiva que os profissionais, imbricados com a Educação de Jovens e Adultos, demonstram sobre as políticas públicas educacionais no campo da EJA, em especial, focamos a nossa análise sobre as metas 9 e 10 do Plano Nacional de Educação -PNE, uma vez que, essas estão voltadas para esta modalidade de ensino da educação básica.

Para tanto, colocamos o seguinte problema: qual é a perspectiva das políticas públicas para a EJA, na visão dos profissionais que trabalham nesta modalidade de ensino? Destacamos como objetivo geral refletir sobre as definições, opiniões e críticas que os envolvidos com o ato pedagógico nas classes da EJA apresentam a respeito das políticas públicas. Embrenhando esta discussão destacamos os seguintes objetivos específicos: investigar as ações que estão sendo realizadas para o cumprimento de políticas públicas na EJA pelos municípios das pessoas entrevistadas, neste trabalho; identificar a execução das metas 9 e 10 do PNE em alguns estabelecimentos de ensino.

Dessa forma, a pesquisa é norteada por um processo reflexivo, com momentos de diálogos acerca das políticas públicas educacionais da EJA, analisando a efetividade do desenvolvimento dessas políticas, na visão dos profissionais que estão vivenciando o espaço escolar. Ademais, entendemos que discutir políticas públicas é verificarmos e pesquisarmos se a garantia de uma educação de qualidade está sendo assegurada, de fato, ao cidadão, por isso foi necessário ouvir os profissionais da EJA.

2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 Procedimentos metodológicos empreendidos

O trabalho de pesquisa foi alicerçado na abordagem qualitativa, vez que, o tema aqui discutido retrata a educação, o campo social, os desejos e as expectativas dos sujeitos da investigação. A abordagem qualitativa proporciona ao pesquisador observar o contexto e a atuação dos sujeitos de modo subjetivo, ou seja, fazemos constatação do objeto de pesquisa, estudando a realidade, o meio, o convívio. Para Minayo (2013), a pesquisa qualitativa busca os dados, as informações para atender as motivações, percepções de um grupo, tentando compreender o comportamento, a opinião, os anseios dos indivíduos pertencentes ao universo da pesquisa. Assim, ao estudarmos as políticas públicas no campo da EJA, somos convidados a fazermos uma reflexão sobre essas e as mudanças que surgem na vida dos sujeitos da EJA, quando as políticas públicas são ativadas, direito para todos, ou “sufocadas”, direitos negados.

Quanto ao procedimento estratégico, esta investigação caracteriza-se como sendo colaborativa, visto que toda a pesquisa se deu num processo de colaboração entre pesquisador e entrevistados. Corroborando com a ideia deste tipo de pesquisa, Fiorentini e Lorenzato (2012, p.116) destacam o significado da colobaração é firmado quando “[...] um grupo de duas ou mais pessoas trabalham colaborativamente ao longo de todo o processo investigativo”.

Em virtude disso, a execução desta pesquisa foi desenvolvida de forma colaborativa, desde o agendando das entrevistas em que os pesquisadores (nós) e os participantes traçamos acordos, no sentido de combinarmos horários, data e local, adequando e adaptando-se à disponibilidade do outro. No momento do diálogo colaborativo(entrevista), todo o nosso esforço se voltava para o esclarecimento da temática sobre as políticas públicas da EJA, trouxemos afirmações, experiências, dúvidas e proposições. Neste processo, percebemos que o sujeito entrevistado ganhou status de autor, estabelecendo formas de cooperação, momento em que foram evidenciadas as características da pesquisa colaborativa.

Ademais, a pesquisa colaborativa investiga o espaço da prática docente, como também a prática gestora, outra ação que está entrelaçada com o campo educacional. A partir disso, os pesquisadores, em parceria com os sujeitos da investigação, tentam compreender as nuances da atuação profissional, criando encaminhamentos para sanar as dificuldades inerentes à formação dos entrevistados, ao campo de conhecimento. Bandeira (2016, p. 65) expõe sobre a reflexão que a pesquisa colaborativa denota na formação profissional:

Na pesquisa colaborativa, diagnosticamos necessidades sócio- - históricas, filosóficas, psicológicas, entre outras, e criamos as condições para manifestações dos conflitos, das contradições e, por meio da colaboração e da reflexão crítica, privilegiando a zona de confronto, nas quais crenças e concepções são desestabilizadas. Em decorrência, possibilidades são geradas na reelaboração do pensamento-ação.

Desse modo, podemos compreender que na pesquisa colaborativa, pesquisador e colaboradores identificam os problemas que emergem dos espaços de sala de aula e de outros espaços escolares, socializam, discutem e traçam um percurso visando à solução dos impasses.

O instrumento utilizado para coletar as informações, opiniões, proposições e evidências foi a entrevista semiestruturada. Para tanto elaboramos cinco questões sobre as políticas públicas no espaço educacional da EJA. Uma questão objetiva e as demais subjetivas, buscando conceitos, a efetivação das políticas públicas e possíveis encaminhamentos para ampliação, como também a execução dessas. Gil (2008) destaca a técnica de entrevista como sendo uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Efetivamos a entrevista semiestruturada com dezesseis colaboradores de seis cidades do estado da Bahia: Amargosa, Barreiras, Feira de Santana, Gandu, Vera Cruz, Nova Ibiá. São profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos nas funções de articulador de área, coordenação pedagógica, membros de conselho Municipal de Educação, docência, gestão escolar e secretário de educação. A escolha dos colaboradores deu-se com base na imbricação destes com a EJA, como também, pela experiência deles no campo educacional.

Todas informações foram registradas e transcritas na íntegra, respeitando

o posicionamento e opinião de todos. Também, preservamos o nome dos mesmos para manter o anonimato da investigação. Por isso, aqui, eles serão tratados como sendo colaboradores de 1 a 16 (C1 a C16).

Durante o percurso da pesquisa percebemos que dos dezesseis participantes da pesquisa, apenas dois não têm nenhum curso nessa área ou nunca participou de evento a respeito. A maioria atestou ter conhecimento sobre o tema, adquirido em disciplinas nos cursos de graduação ou pós-graduação, em seminários sobre programas governamentais (BNCC, PNE, UCA, Alfabetização Solidária, Brasil Alfabetizado), em cursos do Programa Federal Formação Pela Escola- FPE, Conferências de Educação, UNDIME, nos fóruns. Apenas duas pessoas realizaram pós-graduação em Gestão Pública, momento em que estudou as diretrizes elaboradas pelo governo para enfrentar um problema público.

2.2- Políticas Públicas Educacionais na EJA: desafios e perspectivas

A Educação de jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que está voltada para pessoas que não tiveram acesso ou não puderam dar continuidade ao Ensino Fundamental ou Médio na faixa etária correspondente. Por meio da EJA, os jovens e adultos tem uma nova oportunidade para aumentar ou concretizar a participação em atividades sociais, políticas e econômicas, tomando consciência do seu papel como agente transformador do ambiente em que vive.

Esse direito à educação foi garantido desde a Proclamação da República, quando foi outorgada a primeira Constituição Brasileira, caracterizando a educação como instrução primária para todos os cidadãos. Apesar do documento estabelecer isso no artigo 179, as pessoas que não tinham condições não conseguiam acessar à escola. E isso é fácil de diagnosticarmos, se realizarmos uma pesquisa sobre a população analfabeta do século XIX, vamos identificar justamente pessoas de baixa renda compondo esse cenário. A lei já garantia, entretanto não havia efetividade. Assim, pudemos observar que a EJA sempre foi marcada por negações de direitos.

Os rumos e a organização da Educação de Jovens e Adultos sempre estiveram no centro das discussões dos movimentos sociais, posto que, o governo não nutria muito interesse por este modelo de educação destinada ao povo.

Logo, no rol dos movimentos sociais, a educação sempre foi pautada pelos princípios da criticidade, da discussão sobre o papel da cidadania e da emancipação do ser humano. Freire (2007) concebe a EJA como sendo uma prática educativa que precisa de politização dos interesses sociais em vigor. Podemos então dizer, que na Educação Popular e também agora na EJA, como a educação formal, o sujeito deve ser dotado não apenas do saber escolarizado, mas também, devemos incentivá-lo, prepará-lo para atos sociais políticos. Salientamos que aqui não fazemos jus ao ato político partidário, estamos remetendo a palavra política como busca de direitos, reconhecimento das necessidades humanas que são de dever do Estado.

Nos movimentos sociais, as pessoas têm a chance de buscar melhorias para o coletivo, para o todo, já que a educação popular enquanto emancipatória tende a incentivar o sujeito na busca de direitos ora negados ou negligenciados pelo poder público. Assim, nesse espaço surge o “grito” pelas políticas públicas. Não queremos neste artigo priorizar os movimentos sociais como sendo o único espaço de iniciação das políticas públicas. Mas, como sendo um espaço de reflexão dos direitos e do exercício da cidadania. Almeida e Jezine (2010, p.124) ressaltam sobre o papel dos movimentos sociais frente a recomendação das políticas públicas:

Os movimentos sociais populares são entendidos como forças sociais e correntes de opiniões e proposições sobre/para o conjunto social, que atuando nos mais diferentes âmbitos das problemáticas humanas, geram processos de transformação social e garantem sua autonomia com relação ao estado.

Essa nova população necessita do saber sistematizado como garantia do crescimento no setor de trabalho. Diante disso, o governo federal amplia a oferta da educação, traça diretrizes educacionais para todo o país e determina também as responsabilidades dos estados e municípios para com a educação.

No intuito de cumprir as leis a respeito do direito do jovem e do adulto estarem na escola, os governos federais, estaduais e municipais criaram alguns programas para a EJA. Salientamos que esses programas, em sua maioria, visavam a alfabetização do sujeito e a criação de mão de obra para o mercado de trabalho. Podemos citar alguns programas que surgiram para essa modalidade de ensino, como Movimento Brasileiro pela Alfabetização – MOBRAL, a Educação de Jovens e

Adultos no Sistema Prisional, o Brasil Alfabetizado e as Metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Entretanto, alguns desses são tendenciosos, projetados com a finalidade servir ao governo, aos ideais políticos, para cumprir metas exclusivamente governamentais. É nesta perspectiva que, Haddad (2001) lembra que as reformas educativas, na verdade, vêm dando ênfase aos aspectos econômicos e de controle administrativo. Importa mais a formação da mão-de-obra para o capital do que formação do cidadão para a sociedade.

Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos carece de políticas públicas educacionais que estejam pautadas no direito de estar na escola, permanecer neste espaço, ter educação de qualidade, ter uma formação para o enfrentamento das desigualdades sociais, uma educação cidadã. Colocar o sujeito como protagonista, como no centro do currículo e da formação humana. A preparação para o mundo do trabalho é elementar, a preparação para a consolidação do cidadão consciente de direito, é ímpar. Paulo Freire já dizia que a educação deve ser vista como um ato político e libertador de emancipação dos sujeitos. Por isso, a escola deve preparar o sujeito para a vida política, para as lutas, para o reconhecimento das políticas que o assiste, que o protege.

Com relação às políticas públicas para a EJA, Arroyo (2011) define as mesmas como sendo documentos elaborados visando garantir direitos específicos de um tempo de vida. Esta reflexão é básica, já que urge a necessidade de pensar, idealizar e arquitetar a construção dessa especificidade da Educação de Jovens e adultos no conjunto das políticas públicas e das políticas educacionais, refutando a EJA como responsabilidade pública, pois os sujeitos da EJA são cidadãos e como tal, pagam impostos, têm todo direito a uma educação de qualidade e cidadã.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA de 2013 trazem os preceitos e direcionamentos para a Educação de Jovens e Adultos, demonstrando essa modalidade de ensino como dever do Estado, embasando em leis e pareceres. No entanto, em muitos pontos desse documento divergem da realidade da EJA:

A EJA, sendo uma modalidade tão regular de oferta quanto outras, não pode ser oferecida apenas no período noturno. Embora a EJA tenha um acolhimento mais amplo no período da noite, ela deve ser oferecida em todos os períodos como ensino sequencial regular até

mesmo para evitar uma segregação temporal. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EJA, 2013, p. 351)

Então, ratificamos que políticas públicas educacionais na EJA, leis e programas voltados para essa modalidade de ensino, nem sempre são executados de fato. O que temos é a legalidade, o registro, o que não é ruim, pois se a EJA não fosse institucionalizada, o quadro seria caótico. O índice de analfabetismo seria maior e o avanço social seria menor. Mas, ainda é preciso continuarmos na militância em busca de políticas públicas ou cobrando as que já existem tencionando o fortalecimento da EJA no País.

2.3-Resultados: políticas públicas da EJA na visão dos colaboradores da investigação

A educação de Jovens e Adultos é pautada em politização e em emancipação do sujeito. Educação como espaço de luta pelo direito, de ganhar liberdade de fala, de escolha, de encaminhamentos. Nesta perspectiva, defendemos que a sala de aula deve ser, também, o lugar de diálogo entre os sujeitos da EJA: o professor, a gestão, os educandos, a coordenação e outros imbricados com essa modalidade de ensino. Logo, a EJA conclama por um espaço de discussão por uma educação cidadã não apenas dentro dos espaços populares, sobretudo dentro da escola formal também.

Os profissionais da EJA precisam estar atentos ao que acontece dentro da escola, em especial, no que diz respeito à efetivação ou direcionamentos de políticas públicas, para estarem pautadas na real necessidade dos sujeitos. Na pesquisa *in lócus* este artigo buscou junto aos colaboradores colher informações a respeito da efetivação das políticas públicas do campo da EJA nos municípios pesquisados. Quando tratamos sobre o termo políticas públicas, foi evidenciado que 100% dos investigados possuem conhecimento a respeito desta expressão, e a caracterizam como sendo uma ação governamental e alguns como uma ação social. O quadro I traz mais informações a este respeito.

Além de demonstrarem a compreensão a respeito das políticas públicas na educação, os colaboradores foram enfáticos, ao dialogar sobre os desafios da EJA

nos municípios. Muitos problemas foram citados, porém, o mais evidente foi a falta de formação do professor para atuar na Educação de Jovens e Adultos. A fala da colaboradora dezesseis, uma professora da EJA, demonstrou a preocupação com o profissional da EJA:

O professor precisa estudar mais sobre a EJA. Não conseguimos lidar com a adversidade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos. Não há critérios de avaliação, organizamos as notas dos alunos da EJA igual fazemos com os alunos do Fundamental II. E quando o professor trabalha em programas para alunos mais velho, como o TOPA, o professor se mostra ainda mais despreparado. Ele não conhece a vida do idoso, as doenças que acometem aquele ser. Digo isso porque minha mãe participou desse programa, dessa política que infelizmente não é bem trabalhada. (C 16)

Notamos a descrição do trabalho dela em sala de aula e o olhar da mesma com os outros profissionais que trabalham na EJA, no mesmo espaço institucional. Há uma necessidade de criação de políticas públicas voltadas para a formação de professores da EJA. Interessante é percebermos o próprio professor se colocando à disposição para estudar os anseios dos educandos da EJA, querendo buscar meios que firmem e efetivem a EJA.

O país vem oferecendo cursos para os professores da EJA, todavia, infelizmente são cursos com um caráter “aligeirado”, de forma rápida, afastando a possibilidade de uma discussão mais contundente e politicamente amparada no perfil do sujeito da EJA. Quanto à formação dos educadores na EJA. Faria (2016) chama a nossa atenção ressaltando que o educador deve ser um investigador de sua própria prática, um investigador democrático. Um educador no campo político, isto é, um ser político social. Assim, evidenciamos nos sujeitos das entrevistas, a formação de marcas de reconhecimento a respeito da prática e do desejo de adentrar ao mundo da Educação de Jovens e Adultos, buscando estudar as suas especificidades.

O quadro 01 abaixo apresenta as definições dos sujeitos da pesquisa acerca do que vem a ser uma política pública e quais são os seus objetivos. Os entrevistados foram caracterizados pela letra maiúscula E (entrevistado), seguida de número, no intuito de manter o sigilo dos investigados.

Quadro 01- Definição e objetivo das políticas públicas pelos colaboradores

Entrevistados/ Grupo	Política Pública – Definição e objetivo	Quantidade
C2, C4, C6, C7, C10, C11, C12 e C13	<ul style="list-style-type: none"> - Ações governamentais: - Beneficiam o público (o povo) - Nem sempre são executadas - Alimentam desvios de verbas - Governo cria para amenizar problemas sociais nos diversos setores 	50%
C5, C8, C9, C14 e C16	<ul style="list-style-type: none"> - O bem comum de atendimento a comunidade de forma coletiva. - Conjunto de ações de estado voltadas para o desenvolvimento educacional, social. - É uma forma de corrigir as deficiências sociais - Ações voltadas para o bem-estar da população. - Visam melhorias a diversos aspectos de vida cidadã. 	31,3%
C1, C3 e C15	<ul style="list-style-type: none"> - São percebidas apenas na teoria, na prática não. - As Políticas Públicas precisam estar voltadas para projetos que viabilizem ao cidadão, sujeitos da educação. - Políticas como meio social, Políticas contextualizadas. - Visam contemplar as demandas do EJA em suas especificidades prioritariamente. - Recursos a serem aplicadas na escola. 	18,7%

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, em 2019.

A compreensão dos sujeitos da pesquisa é divergente no que diz respeito a noção de políticas públicas. Com análise das expressões foi possível subdividi-las em três momentos observando o viés de cada uma. Mesmo sem perguntar, os entrevistados citaram os objetivos das políticas. Quanto à definição do termo política Costa e Machado (2017, p.43) amparam na etimologia, “[...] refere-se a tudo que corresponde ao cidadão e ao governo da cidade, aos negócios públicos”. E com relação a palavras pública, as autoras definem como do povo. O grupo um, composto pela maioria dos colaboradores, 50%, conceituam as políticas públicas como sendo de responsabilidade apenas dos governantes para beneficiar o povo, não coadunando com as ideias das autoras supracitadas.

A discussão trazida pelo grupo 1 é o conceito mais comum entre profissionais da educação, pois sabemos que as políticas podem emergir de “gritos” sociais, entretanto essa ação se consolida na esfera governamental, de onde advém a oficialização dos desejos emanados do povo. Observamos que o mesmo grupo usa dois termos para fazer crítica às políticas públicas, “amenizar” e “desvios”. Ambos ligados ao lado negativo das políticas públicas criadas pelo governo. Apesar da maioria dos colaboradores destinarem a responsabilidade ao governo com relação às Políticas Públicas, Costa e Machado (2017, p.45) lembram que na composição dessas, governo e sociedade civil representadas precisam compartilhar desejos e necessidades da população, seja na área de educação, saúde, esporte ou outra:

Na perspectiva do processo de formulação de políticas públicas, os governos enfrentam a realidade das necessidades sociais e traduzem seus propósitos em programas e ações que se converterão em mudanças pertinentes a essa realidade. Observa-se um processo complexo e dinâmico, que conta com vários sujeitos que estabelecem diretrizes e fazem planos com objetivos prevendo o presente e o futuro, embora a responsabilidade maior esteja nas mãos dos órgãos governamentais.

A definição de políticas públicas como participação do povo nas indicações ou escolhas dessas está presente nas respostas dos colaboradores que formam os grupos dois e três, vez que há a denotação de cidadania, de política como ação de atender ao “coletivo”, ao “bem comum”. As falas a seguir traduzem a opinião de dois dos entrevistados a respeito do conceito e finalidade das políticas públicas:

São ações direcionadas a população, oriundas de situações governamentais, às áreas: social, saúde, educação garantidas pela Constituição. (C12, grupo 1) São ações voltadas para o bem-estar da população. (C14, grupo 2) Ações didáticas, pedagógicas “de cunho político”, que visam contemplar as demandas da EJA em suas especificidades prioritariamente. (C3, grupo 3)

Os colaboradores evidenciam uma consciência crítica em relação a relevância das políticas públicas na vida do cidadão, apesar da divergência com relação aos conceitos, os discursos entrelaçam na palavra direito, subentendida nas três falas, mas representadas com outros termos. Com relação às Políticas

Educacionais da EJA ou para a EJA, observamos uma referência na fala do membro do grupo 3, quando citou que as políticas públicas deveriam atender as demandas da EJA.

Cabe ainda relatar, que no segundo quadro e no terceiro aparecem de forma implícitas termos evidenciando a Educação de Jovens e Adultos: povo, desenvolvimento educacional e social, vida cidadã, políticas contextualiza. A alusão a EJA no campo das políticas públicas nas vozes dos pesquisadores e até entre estudiosos da área não é um assunto vasto, isso porque, segundo Costa e Machado (2017), a EJA tem um histórico de política pública que vem sendo definida como programa. Somente com a LDB 9.396 foi que a EJA ganhou reconhecimento dentro da Educação Básica, a EJA na legalidade. Os colaboradores da pesquisa também referenciam programas de governo, a exemplo do Programa Todos pela Alfabetização -TOPA, definindo-o como sendo uma política pública da educação de Jovens e Adultos: “O Topa era um tipo de ação governamental, uma Política Pública para a EJA” (C2).

Sabemos que o TOPA é um programa de alfabetização criado pelo Governo da Bahia para reduzir o índice de analfabetismo no Estado. A Secretaria de Educação do Estado considera-o como sendo uma política pública de alfabetização. Todavia entendemos que para que esse programa se efetivar nos municípios foi preciso criar acordos entre governo estadual e prefeituras. Então, é um programa, que não tem estabilidade, pode ocorrer ou não nos municípios. A política pública é mais ampla, estável, registrada em leis, decretos. Deve estar fundamentada em normas que assegurem o direito do cidadão, em qualquer situação, sem precisar haver intervenção de órgãos, contratos ou parcerias.

A EJA como sendo uma política pública educacional é verificada no Plano Nacional de Educação- PNE de 2014, uma política de estado de educação para a próxima década. As metas, estratégias e diretrizes do PNE devem ser alcançadas por estados e municípios até o ano de 2024. Tais metas abarcam todas as áreas da educação brasileira, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior. Com relação à Educação de Jovens e Adultos há três metas específicas: 8, 9 e 10. Cada município é responsável em assegurar o cumprimento dessas metas. Assim, na construção das questões propostas para a entrevista deste artigo, destinamos uma pergunta

com o propósito de verificar se as metas supracitadas estão sendo executadas no município lócus deste estudo. Optamos por verificar apenas as metas nove e dez, pois essas subjazem dois problemas fortemente demarcado na EJA: a erradicação do analfabetismo e a oferta de vagas para essa modalidade de ensino.

Os colaboradores da maior parte dos municípios (69%) afirmaram que estão executando as metas e 31% não desenvolvem. Por isso, defendemos que o *PNE enquanto* política pública carece de manutenção cidadã, vez que, toda ação para o desenvolvimento de um bem social, neste caso, a educação precisa de participação ativa do sujeito. A lei existe, *está posta a todos, o que deve ser ativado* é a conscientização dos direitos que os sujeitos adquiriram.

O quadro a seguir é um esboço do *diálogo realizado entre os pesquisadores e os colaboradores sobre o PNE. Salientamos que as respostas foram criadas a partir do conhecimento que os sujeitos foram adquirindo ao longo da formação acadêmica, na área da educação e na função em que ocupam.*

Quadro 02 - Percepções dos sujeitos da EJA: PNE- Metas 9 e 10

Colaboradores	Críticas
C1, C3, C4 e C11	<ul style="list-style-type: none"> - Essa modalidade de ensino é carente de políticas públicas, que garantam a permanência. - Há vagas, falta demanda. - Fechamento de turmas nas escolas. - Metodologia em sala de aula não condizente com as necessidades da EJA.
Colaboradores	Sugestões
C2, C7, C8 e C13	<ul style="list-style-type: none"> - Preparar os alunos para o campo de trabalho. - (Ensino Profissional) - Ofertar vagas - Capacitação dos regentes na EJA

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, em 2019.

Ao analisarmos o quadro acima podemos perceber que para cada crítica foi estabelecida uma sugestão. Daí notarmos que os colaboradores quando analisam o campo da EJA, em qualquer função, conseguem apontar críticas pela falta de execução das metas 9 e 10 do PNE e, ao mesmo tempo, são sugeridas ações que podem inclusive fazer parte do Plano Municipal de Educação, com estratégias para

alcançar essas metas. Há nos depoimentos dos colaboradores uma inquietação quanto ao percurso e o futuro da EJA nos municípios, notando-se o anseio pelo cumprimento dessas metas e a criação de políticas voltadas para as carências da EJA.

Por isso, Macedo et al (2016) ressaltam que é imprescindível conseguirmos uma Educação de Jovens e Adultos por meio de políticas permanentes de estado, que garantam uma aprendizagem para todos e com qualidade. Sobre a execução das metas 9 e 10 do PNE, os colaboradores reconhecem que há políticas de estado, todavia, os mesmos percebem o “engavetamento” e a falta de disseminação dessas políticas. Logo, ao educando da EJA resta a omissão dos direitos que cabem a eles. A maioria dos colaboradores acredita que a escola oferece vagas (que às vezes são negociadas), porque a instituição é generosa, mostrando-se ingênuo diante da negação de seus direitos.

Nesse cenário, os colabores da investigação demonstraram estar sempre acordados aos anseios dos sujeitos da EJA, os educandos. Há sempre a busca por metodologias, diálogos baseados na consolidação de direitos, na luta por uma educação alicerçada na aprendizagem real e na conscientização do ser. Porém, eles relataram, de forma consensual, as dificuldades que bloqueiam algumas ações, a exemplo de: currículo não adequado a realidade do aluno, falta de identidade dos educadores da EJA com a EJA, documentos oficiais da escola não estão alinhados com a EJA (históricos, fichas dos aluno, caderneta, proposta de ensino), livro didático engessado de conteúdos descontextualizado, falta de participação dos alunos da EJA nas ações decisórias da escola.

Logo, ao analisarmos as experiências, expectativas, anseios, preocupações dos colaboradores desta investigação, concluímos que é urgente a necessidade de reformas educacionais em grande escala para a Educação de Jovens e Adultos. Há que se construir um diálogo efetivo, fortalecendo o “chão da escola”, para garantir a efetiva participação, em cada projeto e em cada ação, dos profissionais que trabalham o dia da EJA municipal.

2.4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este artigo, ressaltamos que os objetivos e o problema foram elucidados, pois, ficou demonstrada a compreensão que os colaboradores tem a respeito das políticas públicas e como elas ocorrem no contexto municipal. Ficou demonstrado que as políticas públicas servem para resolver os problemas de ordem social, econômica e educacional.

Outro fator detectado no estudo, em especial no estudo bibliográfico, foi que as políticas educacionais da EJA surgiram principalmente em detrimento das discussões advindas dos movimentos sociais, no rol das lutas por uma educação para o povo. No percurso da análise dos dados foi evidenciado que a educação é uma forma do ser humano desenvolver as suas potencialidades no meio social e político. Entretanto, poucas respostas dos colaboradores aduziram o papel da educação de jovens e adultos como sendo uma maneira de emancipar o sujeito para a cidadania.

Ficou evidente o papel desempenhado pelos colaboradores, em seus municípios, no sentido de efetivar uma luta pela melhoria da EJA local, revelando que possuem ou estão construindo um senso crítico, tanto para a vida pessoal e profissional, como também na função de formador e de incentivador de opiniões críticas e questionadoras.

No decorrer da reflexão, os colaboradores demonstraram o compromisso que eles têm com a Educação de Jovens e Adultos, pois, além de se disporem para conversar sobre essa modalidade de ensino, de forma colaborativa, colocaram-se abertos à mudança, em detrimento do crescimento da EJA dentro do município.

Ademais, acreditam que o educador da EJA deve ter identidade com os sujeitos educandos e pedem a oferta de políticas públicas educacionais, que estejam voltadas para a formação de educadores desta modalidade de ensino, sendo unânimes ao afirmar que essa política de formação não pode ser um curso a “galope”, ou seja, um curso de carga horária pequena e sem assistência, discussão, contextualização com Educação de Jovens e Adultos.

Com relação aos objetivos traçados neste artigo salientamos que os municípios têm tentado criar as ações necessárias para efetivar as políticas da EJA, para colocar esta modalidade como sendo tão importante quanto às demais modalidades de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lourdes Pinto de e JEZINE, Maria de. **Educação e Movimentos Sociais**. 2^a ed. Ed. Alinea, Campinas- SP, 2010.

ARROYO, Miguel González. **Diálogos na educação de jovens e adultos** / organizado por Leôncio Soares, Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti, Nilma Lino Gomes. – Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BANDEIRA, Hilda Maria Martins e IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. (Orgas) **Formação de professores na perspectiva histórico – cultural: vivências no formar**. Teresina: EDUFPI, 2017.

BRASIL. Ministério da educação. **Educação para jovens e adultos: Ensino Fundamental- Proposta curricular- 2º**. Brasília: MEC/SEF, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988** –Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei>>. Acesso em: 22 de abril de 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei no 9.394/1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

COSTA, Claudia Borges e MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 1^a edição, São Paulo: Cortez, 2017.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FARIAS, Edite Maria da Silva de. Trabalho, Educação e Políticas Sociais do século XXI - **Cadernos de resumos- VIII Seminário do Trabalho**. Marília- SP, p. 4 e 5 2016. Disponível: <http://www.estudosdotrabalho.org/qt7.html>

FIORENTINI, D. NACARATO, A. M. (org.) **Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam Matemática**. GEPFPM/UNICAMP. Campinas: 2010.

FIORENTINI, D. & LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática: percursos metodológicos**. Campinas: Autores Associados. 2012.

FREIRE, Paulo. **Políticas e educação: ensaios**. 7^a. Ed, São Paulo, Vila das Letras, 2007.

GIL, Carlos Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio, DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14 n.14, p.108-130, maio-ago2001,.Disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14_08_sergio_haddad_e_maria_clara_di_pierro.pdf Acesso em dezembro de 2011.

MACEDO, A. dos S. et al. O Papel dos Atores na Formulação e Implementação de Políticas Públicas: Dinâmicas, Conflitos e Interesses no Programa Mais Médias. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. Edição Especial, p. 18-19, 2016. Disponível <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/viewFile/17188/61348>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.